

Iria Gonçalves

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média

Resumo

A árvore foi um elemento sempre constante em todas as paisagens mediterrâneas, mas foi a partir dos finais da Idade Média que a sua presença se tornou, em toda a parte, mais constante. De acordo com as fontes provenientes do cartório da ordem de Cristo e no sul da Beira Interior, isso está perfeitamente documentado, verificando-se uma distribuição diferenciada, em espécies e em concentração, de acordo com as diferentes condições climáticas e pedológicas que aí se verificam.

Abstract

Trees have always been a constant in every Mediterranean landscape but it was only from the late Middle Ages that they truly spread far and wide. This fact is perfectly documented in sources from the registry of the Order of Christ and in the Southern Beira Interior region, demonstrating a differentiated distribution, in terms of species and density, according to the various weather and pedological conditions of this particular area.

Em formações cerradas, compondo pequenos grupos de indivíduos, dispersa pelos campos, a árvore foi, desde sempre, uma presença incontornável em todas as paisagens mediterrâneas. Talvez, como diz Jean-Robert Pitte, fruto da aliança entre um clima ameno e o amor às árvores legado pelos romanos¹, mas, sobretudo na época que me proponho abordar, consequência, também, da necessidade sentida pelo agricultor de rendibilizar ao máximo as suas terras, no contexto da reconstrução agrícola levada a cabo pela Baixa Idade Média².

¹ *Histoire du paysage français*, t. I, *Le sacré: de la préhistoire au XV^e siècle*, Paris, 1983, p. 120.

² É sabido como a árvore, na forma cultural que a Idade Média sobretudo utilizou, isto é, dispersa pelos campos, a pontear outros cultivos, não só os não prejudicava no seu ciclo vegetativo, como criava

É certo que a floresta autóctone, que em épocas bem recuadas revestia grande parte do território português, tinha sido devastada³, por acção antrópica, para os mais diversos fins, o que a obrigara a uma acentuada retracção. Mas essa tendência estava a ser, desde há tempo, de certo modo compensada pelo fomento que a cultura arbórea estava a conhecer, em todos os campos que o Mediterrâneo atinge com a imposição do clima que lhe é próprio. Fomento que passou, naturalmente, pelo cultivo das mais variadas espécies de fruteiras, mas também por um grande incremento da oliveira e pela aposta na domesticação de algumas essências florestais, de que o castanheiro pode ser apresentado como exemplo paradigmático⁴.

O final da Idade Média é, assim, um momento privilegiado para apreender a árvore na sua localização, nas suas espécies, na sua forma de implantação no terreno. Naturalmente, na medida em que a documentação o permita.

Não são muitas, as fontes que permitem uma aproximação ao tema. Uma vez que as análises polínicas, tanto quanto sei, pouco têm avançado em Portugal e, em regra, estão fora do alcance do historiador que não tem uma estrutura adequada a apoiá-lo; uma vez que a arqueologia não pode proporcionar os conhecimentos alargados que seriam necessários e a iconografia só pode ser utilizada para o estudo de determinados pontos específicos, resta, para lá do contacto tão estreito quanto possível com o espaço elegido como objecto de análise e, assim, com as espécies que actualmente aí vegetam em melhores condições, o recurso à toponímia⁵ e, sobretudo, a alguma documentação escrita.

um outro andar de rendimento para o agricultor, exigindo-lhe apenas um muito limitado acréscimo de trabalho. Neste sentido, Hilario Casado Alonso considera que o arvoredor era bastante mais importante na Idade Média do que na actualidade (*Señores, mercaderes y campesinos. La comarca de Burgos a fines de la Edad Media*, Valladolid, 1987, p. 140), o que a documentação portuguesa, como a castelhana por ele utilizada, de certo modo corroboram, pelo destaque que conferem à cultura e pelo cuidado com que foram registando a sua presença, a deixar-nos a nota do seu número e das suas características mais importantes, como sejam a sua espécie e mesmo, em muitos casos, a sua casta.

³ Sobre este assunto vejam-se os trabalhos de Nicole Devy-Vareta, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a “Coutada Velha” do rei”, *Revista da Faculdade de Letras — Geografia*, I s., vol. I, Porto, 1985, pp. 47-72 e sobretudo, “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (séc. XV e XVI)”, *ib.*, vol. II, 1986, pp. 5-39.

⁴ Também a noqueira, tão próxima do bosque pelo seu porte, pela sua fisionomia, pelos seus frutos, pelas suas excelentes madeiras, pode ser dada como exemplo, embora, na região em estudo, ou, pelo menos, na documentação que neste momento tenho disponível, ela faça apenas algumas fugazes aparições.

⁵ Sobre a região que me proponho estudar e sobre as fontes que principalmente me irão servir de apoio, existe um muito recente artigo de Gilberto Coralejo Moiteiro, que estuda a toponímia histórica, também na sua vertente vegetal (“Paisagens históricas: a flora e a fauna na toponímia meridional beirã de Quinhentos”, *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, Actas das primeiras

Os textos que nos transmitem informações mais valiosas são, como é lógico, os que têm a terra como causa da sua existência, de uma maneira especial os contratos de locação e os tombos de propriedades.

*
* *

Produzido durante os primeiros anos do século XVI, chegou até nós um valioso conjunto de tombos de propriedades da Ordem de Cristo, muitos dos quais, porque os Monges-Cavaleiros aí detinham imensos bens, respeitantes à Beira Interior⁶. Mas, se em todo este espaço de entre o Tejo e o Douro os interesses da Ordem eram importantes e numerosos, em termos gerais eles eram, no entanto, de cariz muito diferente. Se na área correspondente à actual Beira Baixa esses interesses eram sobretudo de carácter jurisdicional, mais a Norte eram os bens fundiários que compunham a fortuna da Ordem⁷, descritos com maior minúcia, mas bem mais localizados. Limitar-me-ei, por agora, aos quadros mais alargados que podemos encontrar na parte meridional da região.

Neste espaço, os bens em questão eram compactos, sob a forma jurisdicional, entre o Tejo, o Ocreza/Taveiró e o Erges, na fronteira, com limite Norte que se ficava aquém de Penamacor; eram sobretudo dominiais entre o Zêzere e o Taveiró, com o limite Norte a coincidir com a Meimoa⁸. Trata-se de um espaço que, no seu conjunto, apresenta características interessantes, descendo da Gardunha para a superfície de Castelo Branco e continuando, através da Campanha da Idanha, até à fronteira. No dizer de Orlando Ribeiro, a região oferece “um dos mais vigorosos contrastes do solo português”⁹, entre as terras altas da Cordilheira

jornadas, coord. por Iria Gonçalves, Lisboa, 2005, pp. 25-63). Irei, ao longo deste ensaio, utilizar aquele trabalho sempre que se torne oportuno e lembrar alguma da toponímia actual, quando necessário para corroborar as informações documentais. Serão estas, porém, as únicas que a minha análise irá privilegiar.

⁶ Trata-se de um conjunto de textos reunidos em quatro códices, catalogados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar* (que passarei a citar: A.N.T.T., *O.C./C.T.*), com os n.º.s 304, 305, 306, 309.

⁷ Já numa outra ocasião tive oportunidade de me referir ao facto, quando me propunha, naquele caso, analisar um ponto muito concreto, representado por uma aldeia e as suas mais próximas imediações: “Uma paisagem medieval modelada pela Ordem de Cristo: Marmeleiro, uma aldeia da Beira Interior e a sua periferia”, *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo medieval. Actas do IV encontro sobre Ordens Militares*, 30 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2002, coord. por Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, 2005, pp. 537-538.

⁸ Vejam-se, para todas estas linhas de água, algumas de importância exclusivamente local, os mapas adiante publicados.

⁹ Orlando Ribeiro, “A planície em Portugal”, *Opúsculos geográficos*, vol. VI, *Estudos regionais*, Lisboa, 1995, p. 232.

Central e a entrada beirã da planície alentejana¹⁰. Contrastes que, naturalmente, se reflectem, de forma muito clara, no coberto arbóreo que a documentação em estudo permite apreender. É aqui, neste lugar de contactos entre altimetrias e portanto também entre condições climáticas, que o Mediterrâneo, com toda a gama de plantas que transporta consigo, se confronta com as influências atlânticas vindas do Norte¹¹. É aqui onde essas influências se encontram¹², se enfrentam em linhas pouco definidas¹³, cedem uma perante a outra ou, e, sobretudo por acção antrópica, se ultrapassam e misturam¹⁴.

A cobertura florística de Portugal é muito rica. Vejamos o que a documentação em análise permite compreender dessa cobertura medieval, no que à árvore diz respeito.

¹⁰ Id., “Sur la morphologie de la Basse Beira”, *ib.*, vol. III, *Aspectos da Natureza*, Lisboa, 1990, p. 174.

¹¹ Vejam-se, sobre este assunto: Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 2ª ed., Lisboa, 1963, p. 53; id., “Beira Baixa”, *Guia de Portugal*, vol. 3º, *Beira*, t. II, *Beira Alta e Beira Baixa*, 2ª ed., [Lisboa], 1994, p. 634; id., “O manto vegetal”, *Geografia de Portugal*, pelo mesmo e Hermann Lautensach, org., coment. e actualização por Suzanne Daveau, vol. II, *O ritmo climático e a paisagem*, Lisboa, 1988, p. 577; Hermann Lautensach, “A cobertura vegetal”, *ib.*, pp. 541-542; id., “Portugal no contexto ibérico”, *ib.*, vol. I, *A posição geográfica e o território*, Lisboa, 1987, pp. 18-20; Raquel Soeiro de Brito e Henrique Souto, “O clima e as suas influências”, *Portugal. Perfil geográfico*, dirig. por Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, 1994, p. 65; Carlos Alberto Medeiros, *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana: uma introdução*, 4ª ed., Lisboa, 1996, pp. 102-103; Pierre Birot, *Portugal. Estudo de geografia regional*, 2ª ed., Lisboa, 2004, pp. 27-28.

¹² O sopé da Cordilheira Central é, efectivamente, o ponto de encontro de dois mundos, não só climáticos e florísticos, mas ainda culturais, com enorme abrangência. Orlando Ribeiro deixou estes aspectos sintetizados, de forma admirável, num texto que, embora um pouco longo, me permito transcrever: “A acumulação de relevo ao Norte do Tejo (mais exactamente: ao norte do sopé da Cordilheira Central) e o limite climático oscilante entre a zona dos anticiclones subtropicais e a dos grandes ventos do Oeste, actuam no mesmo sentido pela maior quantidade de precipitação, devido à passagem das frentes mais reforçada pela condensação do ar húmido nas encostas das serras. Este contraste está na base de todos os outros aspectos, da natureza ou da civilização, que o avivam: o bosque de folha caduca e os matagais de folha perene, os prados e as pastagens de charneca ou de restolho, e portanto a área do gado grosso e do gado miúdo, do boi como único animal de trabalho e da muar e do burro em concorrência com ele (ou mesmo em dominância) a persistência, através de uma população densa e isolada pelo relevo e pelo impraticável dos caminhos, que encontrou na castanha a base alimentar, de arcaísmos que ascendem à pré-história e a difusão precoce, através de plaios transitáveis, de elementos das civilizações superiores da bacia do Mediterrâneo (“A civilização do barro no Sul de Portugal (Aspectos e sugestões)”, *Geografia e Civilização. Temas portugueses*, Lisboa, 1992, p. 31). Deixou a mesma ideia explanada em outros textos como, por exemplo, “A planície em Portugal”, *cit.*, pp. 232-234.

¹³ Foi ainda Orlando Ribeiro, que tão bem conheceu, como geógrafo, aquela região, que no-lo deixou dito em várias ocasiões. Por exemplo: *Le Portugal Central (Livret-guide de l'excursion)*, reimp., Lisboa, 1982, pp. 60-61; “Sur la morphologie de la Basse Beira”, *cit.*, pp. 172-173; “Beira Baixa”, *cit.*, p. 630.

¹⁴ Exemplo paradigmático é a oliveira que, nascida do zambujeiro mediterrânico, partiu à conquista de outras paragens bem menos propícias ao seu desenvolvimento. Adiante voltarei a este assunto.

I. As árvores mais destacadas

1. Uma cultura em expansão: a oliveira

A oliveira é, sem dúvida, a árvore mais destacada na região, ao menos de acordo com os textos que suportam esta análise¹⁵.

A oliveira, por intermédio da sua variante silvestre – o zambujeiro – é uma das poucas plantas autóctones do Mediterrâneo¹⁶, sem dúvida, aquela que maior projecção obteve, tendo-se transformado na única cultura de importância mundial que esta zona do globo ofereceu¹⁷. Adaptando-se com facilidade a todos os solos, embora prefira os terrenos calcários, é o clima que lhe coloca os maiores obstáculos: teme as temperaturas muito baixas e as geadas, prefere as encostas ensolaradas e o Verão mediterrânico, sem medo à prolongada *secura*, dado que as suas profundas raízes podem procurar a humidade necessária bem longe no sub-solo¹⁸. Assim, o seu cultivo foi-se estendendo, em alguns casos até “al limite dell’impossibile”, nas palavras de Antonio Ivan Pini¹⁹. Com efeito, o seu principal produto, para além de ser incomparável como gordura alimentar de excelência que, na verdade, continua a ser, era usado ainda para numerosos outros fins: a iluminação; o fabrico de tintas, sabões, perfumes; os preparados medicinais; os artesanatos do couro e da lã; diversas cerimónias litúrgicas, em vários pontos do seu desenrolar²⁰. Em casa do camponês pobre, como até épocas bem próximas de nós, uma fatia de pão acompanhada de algumas azeitonas curtidas, podia ser uma refeição muito aceitável. Assim, a oliveira foi-se espalhando sobre os campos,

¹⁵ Veja-se o mapa 1 deste ensaio, onde o que acabo de dizer resulta bem claro, sobretudo se for comparado com todos os outros que o acompanham.

¹⁶ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 10.

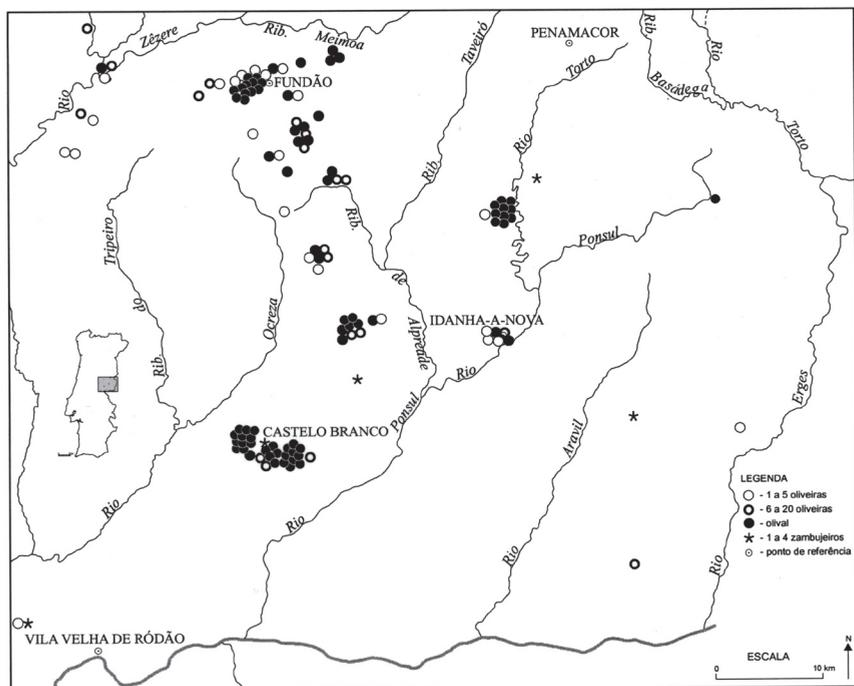
¹⁷ *Ib.*, p. 19.

¹⁸ Vejam-se, por exemplo: Roger Grand e Raymond Delatouche, *L’agriculture au Moyen Âge. De la fin de l’Empire Roman au XVI^e siècle*, vol. II, de *L’agriculture à travers les âges*, dirig. por Émile Savoy, Paris, 1950, p. 367; Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, pp. 19, 75; id., *Le Portugal central*, p. 88; id., “Sur quelques traits de la campagne portugaise”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 17-18; id., “Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *ib.*, pp. 87-89; id., “A vida rural”, *Geografia de Portugal*, por Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, org., coment. e actualização de Suzanne Daveau, vol. IV, *A vida económica e social*, Lisboa, 1991, p. 1009.

¹⁹ “L’azienda agraria del monasterio di S. Procolo alla fine del Duecento”, *Campagne bolognesi. Le radici agrarie di una metropoli medievale*, Florença, 1993, p. 131.

²⁰ Por exemplo: A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dirig. pelo mesmo e Joel Serrão, Lisboa, 1987, p. 99; María Martínez Martínez, *La cultura del aceite en Murcia (siglos XIII- XV)*, Múrcia, 1995, pp. 38, 67-68; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, vol. I, Cascais, 2000, p. 203; Antonio Ivan Pini, “L’azienda agraria del monasterio di S. Procolo alla fine del Duecento”, cit., p. 130; Ferran Garcia-Oliver, “Els cultius”, *Historia agrària de los paisos catalans*, dirig. por Emili Giral i Raventós, vol. 2, *Edat Mitjana*, coord., por Joseph M. Salrach, Barcelona, 2004, p. 311.

enraizando-se cada vez mais longe do seu habitat de eleição, ganhando terreno em altura²¹.



Mapa 1 – A oliveira

No dealbar do século XVI e na órbita dos interesses da Ordem de Cristo, o olival apresentava-se já bem implantado na região em análise. Chegava-se às povoações, grandes vilas ou pequenas aldeias, como era de regra um pouco por todo o lado²², mas centrava-se melhor em alguns pontos concretos: nas imediações

²¹ Sobre estes ganhos de espaço que a oliveira foi alcançando no nosso País, é interessante ver-se o ensaio de Orlando Ribeiro, “Aux confins du domaine méditerranéen. L’olivier dans le Nord-Ouest du Portugal”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 171-181.

²² Vejam-se, relativamente ao nosso País, entre outros: R. Larcher Marçal, “L’olivier et les huiles d’olive”, *Le Portugal au point de vue agricole*, dirig. por B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro, Lisboa, 1900, pp. 242-243; Gérard Pradalié, “Occupation du sol et cultures autour de Coïmbre au XII^e siècle”, *Actas de las I Jornadas de metodología aplicada de las ciencias históricas*, vol. II, *Historia medieval*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 84, 87; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 172-173; Iria Gonçalves, *O Património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, pp. 87-88; id., “Traços da paisagem rural

de Castelo Branco, onde formava já extensos olivais, a lindar, muitas vezes, uns com os outros²³; à volta dos Escalos de Cima²⁴, de Proença-a-Velha²⁵ e, mais a Norte, já a morder o sopé da Gardunha, a rodear dois pequenos povoados: Aldeia Nova do Cabo e Aldeia de Joanes²⁶. Mais esparsos mas ainda com tendência para a concentração, em pequenos grupos e por intermédio de indivíduos isolados, mais se espalhava a oliveira, a ocupar, até, algumas das minúsculas terras ribeirinhas que o Zêzere, no seu curso médio, mal permite que se formem. Lá para os lados do Ourondo²⁷. Entre o Ponsul e o Erges, na charneca ressequida e queimada pelo sol, é que esta, como todas as demais culturas, escasseava. A presença de zambujeiros, numa afirmação clara da adequação da planta ao clima, não foi muito hábil a encorajar os agricultores. Só coladas à habitação, em jeito de cultura mimosa ou ainda não bem experimentada, à volta das pequenas vilas fronteiriças – Rosmaninhal, Segura, Penha Garcia²⁸ – foi possível vislumbrar uma ou outra oliveira²⁹.

Se era comum encontrar, dispersa pelos campos periféricos aos aglomerados populacionais ou mesmo à habitação solitária, a árvore isolada ou em muito pequenos grupos, era sobretudo o olival, a sugerir uma formação mais ou menos compacta e estreme, que, de acordo com os textos em análise, povoava aquelas terras. Mas tal realidade está longe de ser uniforme. Em primeiro lugar pela grandeza das formações. Naturalmente, na maior parte dos casos, não a conhecemos. Se os cavaleiros de Cristo, como proprietários cuidadosos que eram e nada interessados na erosão dos seus bens, fizeram questão, em muitos casos, de deixar registado o número de pés que compunha os seus olivais, esse cuidado não foi exaustivo e,

nas terras de Alcobça (séculos XIV-XV)”, *Tarouca e Cister. Espaço, espírito e poder. Actas*, Setembro, 2002, Tarouca, 2004, pp. 376-379; Saul António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, 1990, p. 213; Maria Filomena Andrade, *O mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*, Cascais, 1996, pp. 60-61; Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval. A colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém*, Cascais, 1998, p. 39; Manuel Silvío Alves Conde, “Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medieval. A gafaria de Santarém nos séculos XIII-XV”, *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, 1999, p. 368; id., *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 204-207; Mário Viana, “A propriedade do concelho de Santarém em 1500”, *Arquipélago. História*, 2ª s., vol. IV, nº 2, 2000, p. 569; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, 2003, p. 107.

²³ Adiante me referirei ao assunto.

²⁴ Freguesia, actualmente, do concelho de Castelo Branco.

²⁵ Proença-a-Velha já foi uma das antigas vilas da Ordem de Cristo. Encontra-se agora integrada no concelho de Idanha-a-Nova.

²⁶ Freguesias do actual concelho do Fundão.

²⁷ Actualmente faz parte do concelho da Covilhã.

²⁸ Estas pequenas vilas, na altura cabeças de outras tantas comendas da Milícia de Cristo, são hoje aldeias que integram o concelho de Idanha-a-Nova.

²⁹ Cf. mapa 1.

principalmente, a notícia de muitos desses arvoredos chegou-nos apenas porque as suas lindes tocavam as terras da Ordem³⁰. Ficou-nos deles, tão somente, uma imagem difusa, a compor o pano de fundo da realidade que se quis mostrar. Imagem que, no entanto, é importante para um melhor conhecimento do espaço.

Sobejaram, todavia, informações concretas em número suficiente para nos apercebermos do amplo leque de possibilidades que a palavra “olival” podia comportar, a estender-se entre uma formação nos Escalos de Cima, com dezoito oliveiras³¹ e “hũ grande olival que se chama da porta do ouro em que haa iij^c xxbij oliveiras”, em Castelo Branco³². Entre um e outro destes valores muitas hipóteses foram possíveis, a maior parte delas chegadas à base da escala³³.

Por outro lado, na realidade “olival” não cabia apenas a cultura estreme da oliveira, se é que cabia, mesmo, em casos suficientemente numerosos para se tornarem significativos. A recorrente menção a “terra com oliveiras”, “chão com oliveiras”, ou simplesmente “oliveiras”³⁴, obriga-nos a pensar numa formação mais ou menos esparsa e onde o seu terreno de implantação com dificuldade se pode pensar improdutivo para lá delas. Além disso, referências a vinha com olival ou olival com vinha, não são de todo singulares, nesta como em outra documentação portuguesa ou, mais latamente, mediterrânica³⁵, e a cultura de árvores de fruta, em especial figueiras, o compor o olival, foi-nos dada a conhecer, com alguma insistência, nos textos em análise³⁶. É este, porém, um assunto de importância, a que, adiante, voltarei.

O olival era entre nós, desde há tempo³⁷, uma cultura em expan-

³⁰ Como exemplo poderei indicar a granja de Sob-o-Castelo, junto a Castelo Branco, que, ao longo do percurso dos seus extensos limites, lindava com onze olivais que nos foram individualmente mostrados e ainda com vários outros, apenas sugeridos de maneira tão difusa, que fogem à nossa apreensão (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 305, fl. 19-19 v.º).

³¹ *Ib.*, fl. 44; liv. 306, fl. 21.

³² *Ib.*, liv. 305, fl. 19 v.º.

³³ Foram-nos, na verdade, revelados valores muito díspares. Vejam-se, por exemplo: *ib.*, liv. 304, fl. 17, 24, 64, 94 v.º; liv. 306, fl. 11.

³⁴ Veja-se a documentação que tenho estado a citar e onde os exemplos são bastante numerosos.

³⁵ Adiante voltarei a este assunto.

³⁶ Por exemplo: A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 64, 64 v.º, 94, 94 v.º; liv. 306, fl. 11.

³⁷ A expansão da oliveira não vinha, por certo, na região, de data muito recuada, vista a pouca incidência da oliveira como referente toponímico, detectada nas mesmas fontes que servem de base à minha análise. Veja-se Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapa II.

Na toponímia actual, a oliveira é praticamente desconhecida na região. Não assim a planta silvestre, que deu origem a Azambujeiro (concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova) e Arraial do Zambujo e Monte do Zambujo (concelho de Idanha-a-Nova). Encontra-se também representado na toponímia de início de Quinhentos: Gilberto Coralejo Moiteiro, *ob. cit.*, mapa I.

Na pesquisa toponímica actual, tanto no que se refere a este topónimo como a todos os outros, não fiz uma investigação profunda, que se me afigurou descabida. Limitei-me a utilizar a *Carta Geográfica de Portugal*, do Instituto Geográfico e Cadastral, escala 1:100.000, folhas 20, 21, 24, 25, 28 e 29; escala

são³⁸, também aqui, nesta Beira meridional, onde os textos em análise são pródigos a comprová-lo. As referências a olival novo³⁹, a oliveiras novas⁴⁰, algumas ainda pequenas⁴¹, espalham-se por toda a parte. Eventualmente, fruto da obrigatoriedade, para o foreiro da Ordem, do enraizamento de uns quantos pés⁴². Muitas árvores, aliás, foram plantadas por toda a Europa, fruto deste investimento do senhor, a ser realizado pelo camponês.

Numa região onde o azambujeiro é planta autóctone, devia, sempre que possível, ser ele utilizado como cavalo de enxertia para as variedades cultivares. É, sem dúvida, nesse sentido, que podemos interpretar a expressão “bons azambujeiros”, referida a algumas plantas nascidas na granja do Marmelar, termo de Vila Velha de Ródão, e junto dos quais já se encontravam três oliveiras⁴³. Assim se fazem os melhores e mais resistentes olivais⁴⁴, capazes de uma quase impensável longevidade⁴⁵, embora a crescerem dispersos, ao sabor do acaso que ditara o local de nascença da primitiva planta. Mas em toda a região e de uma maneira especial no seu Noroeste, na aproximação da Gardunha e vale do Zêzere, de onde o zambujeiro começa a ser expulso pelo clima, a expansão – ou renovação – do olival fazia-se, como se fez durante séculos, por estacas produzidas pelas mesmas cultivares, de preferência oliveiras já velhas⁴⁶. Plantadas em viveiros até à criação de raízes, podiam depois, a seu tempo, ser transplantadas para o local escolhido. Era técnica, esta, melhor controlada pelo camponês e por isso usada em todo o

1:50.000, as mesmas folhas, nos seus desdobramentos A, B, C e D. Utilizei ainda Américo Costa, *Dicionário chorographico de Portugal continental e insular*, vol. I-XII, Porto, 1929-1949.

³⁸ Sobre este assunto, vejam-se: A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 99; Maria Rosa Ferreira Marreiros, “Os proventos da terra e do mar”, *Nova História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, p. 416; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, “A produção agro-pecuária”, *ib.*, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, Lisboa, 1998, pp. 174-175. Vejam-se também, como exemplos concretos: Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval*, pp. 46-47 e Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, pp. 106-107.

³⁹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 94 v.º; liv. 305, fl. 44; liv. 306, fl. 21.

⁴⁰ *Ib.*, liv. 304, fl. 9, 36 v.º; liv. 305, fl. 39 v.º, 41; liv. 306, fl. 21 v.º, 22 v.º.

⁴¹ *Ib.*, liv. 304, fl. 36 v.º, 94 v.º.

⁴² De acordo com o seu contrato e no prazo de cinco anos a partir dele, o foreiro da granja de Monte Esfólado, no limite do Fundão, devia dar “presas” quarenta oliveiras (*ib.*, liv. 304, fl. 57 v.º).

⁴³ *Ib.*, liv. 306, fl. 71 v.º.

⁴⁴ Manuel Dias Baptista, “Ensaio de uma descrição física e económica de Coimbra, e seus arredores”, *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, t. I, pref. por M. Jacinto Nunes, int. e dir. de José Luís Cardoso, Lisboa, 1990, p. 214.

⁴⁵ Orlando Ribeiro fala-nos dessa longevidade, a contar-se por milénios – uma eternidade! Veja-se deste autor, “Significado ecológico, expansão e declínio da oliveira em Portugal”, *cit.*, p. 88.

⁴⁶ Manuel Dias Baptista, “Ensaio de uma descrição”, *cit.*, p. 213.

lado, tanto nos Escalhos⁴⁷, onde a variedade silvestre podia nascer-lhes ao pé⁴⁸, como em Bogas⁴⁹, no vale do Zêzere⁵⁰, ou em Aldeia Nova, junto ao Fundão⁵¹, onde, de outro modo, seria difícil produzir a oliveira. Embora originando olivais muitíssimo menos duráveis, as vantagens podiam aconselhar, ou mesmo impor esta técnica, na renovação da cultura.

2. Uma mata de frutos de eleição: o souto

Na encosta da Gardunha e um pouco também no vale do Zêzere, dominava o castanheiro, como árvore isolada ou em pequenos grupos de dimensão variada, mas, sobretudo, formando soutos. Aqueles eram cultivados como árvore de pomar; estes, os mais deles, pequenos e muito numerosos, eram-no de igual modo; alguns, embora com a dominância do castanheiro, repartiam o seu espaço com outras espécies, como o carvalho negral⁵², o ulmeiro⁵³, o amieiro⁵⁴, o freixo⁵⁵, o teixo⁵⁶ e outras árvores e com diversas plantas do sub-bosque, de que nos deixaram notícia a silva⁵⁷ e o feto⁵⁸, sobre todas as outras⁵⁹. Preferindo os terrenos graníticos, mas

⁴⁷ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 305, fl. 39-39 v.º; liv. 306, fl. 21.

⁴⁸ Veja-se o mapa 1 que acompanha este ensaio.

⁴⁹ Bogas era, na altura, um casal em que viviam dois moradores, pai e filho. É, actualmente, uma freguesia do concelho do Fundão.

⁵⁰ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 52.

⁵¹ Aldeia Nova do Cabo, actualmente uma freguesia do concelho do Fundão. Aqui foram chamados chantões e não estacas, como nos lugares acima indicados. *Ib.*, liv. 309, fl. 99 v.º.

⁵² Cf. mapa 3. Adiante voltarei a referir-me a esta planta.

⁵³ A única referência que me foi dado encontrar ao ulmeiro é de carácter toponímico e corresponde a um micro-topónimo de Aldeia de Joanes, concelho do Fundão, sob a forma Ulmeirinho.

⁵⁴ A documentação em estudo referencia alguns amieiros, todos neste espaço que o castanheiro domina: no Ourondo e ao longo da ribeira de Ximassa, junto ao Zêzere (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 45, 51, 51 v.º) e em Aldeia de Joanes (*ib.*, liv. 309, fl. 102). Recolheu-o também a toponímia histórica (Gilberto Coralejo Moiteiro, “*Paisagens históricas*”, cit., mapa I).

⁵⁵ O freixo encontra-se um pouco por toda a região e não apenas junto à Gardunha: *ib.*, liv. 304, fl. 6-6 v.º, 68-68 v.º, 112-112 v.º; liv. 305, fl. 18; liv. 306, fl. 73; liv. 309, fl. 102. Na toponímia actual encontra-se espalhado por todo o espaço em análise. Recolhi um total de quinze topónimos relacionados com esta árvore, entre os quais dois hidrotopónimos: Freixo e Freixinho, este, afluente do primeiro que, por sua vez, desagua no Aravil.

⁵⁶ Naturalmente é apenas como topónimo que a silva figura na documentação. Mas essa fonte sugere largos povoamentos junto ao Zêzere (Gilberto Coralejo Moiteiro, “*Paisagens históricas*”, cit., mapa IV). Sob as formas Silva, Silvaes, Silveira, Silveirinha, Silveirinhos, concentra-se, actualmente, no mesmo espaço, embora possa surgir também para Leste, nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova.

⁵⁷ Só a toponímia actual atesta a presença do teixo na região: Lomba do Teixoeiro (Castelo Branco), Teixoso (Covilhã).

⁵⁸ Atestado também por uma toponímia dispersa: Feital (Fundão), Feiteiras (Castelo Branco), Vale Feitoso (Idanha-a-Nova).

⁵⁹ Sobre as plantas que compõem esta associação climática, vejam-se: Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 113; id., “O manto vegetal”, cit., p. 577; Hermann Lautensach, “A cobertura vegetal”, cit., p. 558; Nicole Devy-Vareta, “As matas medievais e a “Coutada Velha” do rei”, cit., p. 48; id., “Problèmes de la forêt au Portugal”, *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, t. 51, fasc. 3, 1982,

mais ainda os siliciosos, assim como o clima temperado e húmido, sobe aqui, na Gardunha e noutros lugares mais a Norte, aos 1.100 m⁶⁰.

O castanheiro era, para o camponês da Idade Média, uma benção sem igual; para o grande proprietário, uma fonte de receita inestimável. Para lá da riqueza das suas madeiras, contadas entre as mais preciosas das nossas matas, era, no entanto, pelos frutos, que o castanheiro se tornava singular, na medida em que a castanha se posicionava como um excelente substituto do pão, ao menos durante as crises cerealíferas em que a Idade Média foi tão pródiga⁶¹. É sabido como a castanha permite diversas formas de consumo, tanto em verde como depois de secagem, algumas das quais estão bem documentadas entre nós⁶². Sabemos que se comiam cozidas e assadas e que a camponesa, passada a época da colheita, tinha o cuidado de as secar no caniço⁶³ da sua cozinha, de as descascar para mais fácil armazenamento, e, assim preparadas, as podia ir consumindo durante todo o ano. Sabemos que a castanha podia ser farinada para com ela se confeccionar pão e outras receitas culinárias⁶⁴. Árvore incomparável, esta, na alimentação humana⁶⁵.

p. 352; Raquel Socero de Brito e Henrique Souto, “O clima e as suas influências”, cit., p. 65; Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, *A árvore em Portugal*, Lisboa, 1999, p. 42.

⁶⁰ Hermann Lautensach, “A utilização do solo”, *Geografia de Portugal*, pelo mesmo e Orlando Ribeiro, org., coment. e actualização de Suzanne Daveau, vol. IV, *A vida económica e social*, Lisboa, 1991, p. 955.

⁶¹ Vejam-se, por exemplo: Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, “Memória acerca da cultura, e utilidade dos castanheiros na comarca de Portalegre”, *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, t. II, dir. por José Luís Cardoso, Lisboa, 1991, sobretudo pp. 242-243; Orlando Ribeiro, “Relance da evolução da agricultura”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, p. 35; id., “O fim dos arcaísmos”, *ib.*, p. 60.

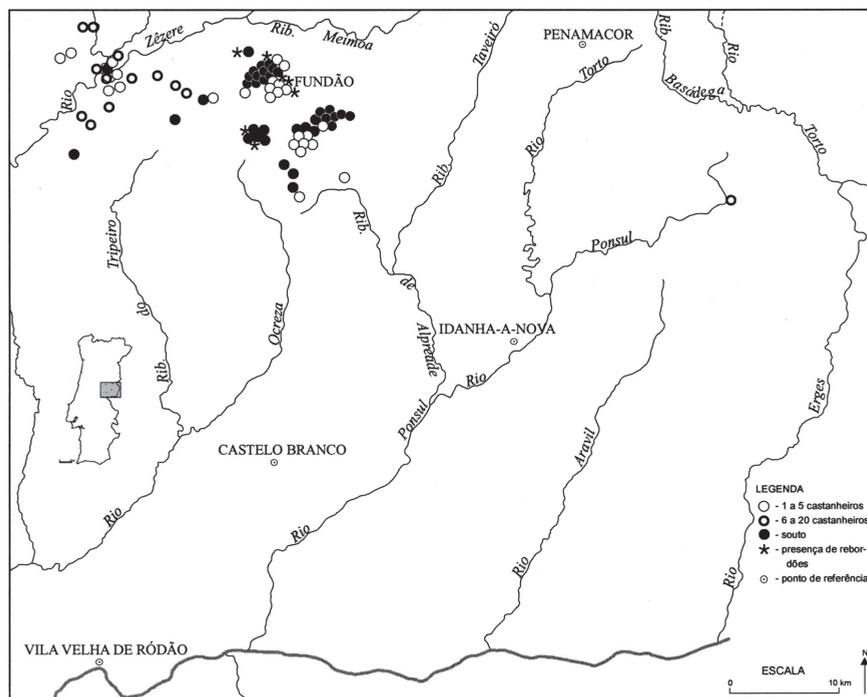
⁶² Veja-se o que deixei dito em “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho. O testemunho das inquirições de 1258”, *2º Congresso histórico de Guimarães. Actas do congresso*, vol. 6, *História local, I Idade Média, séculos XIII-XV. Época Contemporânea*, Guimarães, 1996, pp. 9-10.

⁶³ Manuel Sílvio Alves Conde, em estudo que realizou sobre uma região muito próxima da que, de momento, me ocupa, encontrou documentação com referência a castanheiros caniçais, talvez, como ele próprio aventa, produzindo castanhas particularmente adaptadas a serem piladas no caniço (*Uma paisagem humanizada*, vol. I, p. 233).

⁶⁴ Em vários pontos da Europa, para épocas próximas da que aqui está em causa, ficou documentada a técnica de confecção de pão com farinha de castanha. Vejam-se, por exemplo: Réjane Brondy, *Chambéry. Histoire d'une capitale vers 1350-1560*, Lyon, 1988, p. 107; Giovanni Cherubini, “Risorse, paesaggio ed utilizzazione agricola del territorio della Toscana sud-occidentale nei secoli XIV-XV”, *Scritti Toscani. L'urbanesimo medievale e la mezzadria*, Florença, 1991, p. 231.

Entre nós, tanto quanto pude saber, esta forma de consumo, a ser conhecida, não se encontrava generalizada. Escrevendo em época muito posterior – princípio do século XIX – Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira diz que não há entre nós o hábito de panificar a castanha, mas que isso é possível, tanto em verde, cozida e depois amassada, como pilada e moída, em cru ou após cozedura; juntando-lhe um terço de farinha de trigo, ou utilizando a castanha estreme. Diz-nos que a farinha se pode conservar por longo tempo e que com ela se fazem papas muito nutritivas (“Memória acerca da cultura, e utilidade dos castanheiros”, cit., p. 243). Uma grande variedade de hipóteses culinárias, na verdade.

⁶⁵ Sobre a importância do castanheiro, continua a ser muito interessante o trabalho de Giovanni



Mapa 2 – O castanheiro

Na área em estudo, o castanheiro ocupou apenas um espaço muito restrito, mas aí a sua presença revelou-se incontornável⁶⁶. Concentrado em soutos ou agrupado com fruteiras e oliveiras era, como elas, cultivado em qualquer canto do agro⁶⁷ e a sua enxertia está aqui bem documentada. Essa técnica era levada para os mesmos soutos, onde vemos castanheiros bravos e mansos coexistirem lado a lado, mas, por certo, aqueles tendiam sempre a diminuir de número em proveito destes, à medida que a enxertia avançava⁶⁸.

Vários dos soutos que a documentação nos mostrou, pequenos soutos de vinte, quarenta, cinquenta castanheiros, podiam, mesmo, ter sido semeados em local

Cherubini, “La “civiltà” del castagno in Italia alla fine del Medioevo”, *Archeologia Medievale*, vol. VIII, 1981, pp. 247-280. Sobre o grande consumo da castanha pode ver-se Emmanuel Le Roy Ladurie, *Les paysans de Languedoc*, [Paris], 1969, p. 74.

⁶⁶ Cf. mapa 2.

⁶⁷ Adiante voltarei a referir-me a este assunto.

⁶⁸ Poderei indicar, como exemplos, dois soutos em Alpedrinha (freguesia do actual concelho do Fundão), num dos quais havia três enxertos e alguns reboleiros (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 16) e no outro vinte e seis castanheiros de enxerto e três bravos (*Ib.*, fl. 15 v.º).

previamente escolhido, para mais tarde, talvez ao terem atingido os dez anos⁶⁹, serem enxertados na esperança de uma futura boa colheita⁷⁰.

Uns e outros – bravos e mansos – eram contados e o seu número registado para futura memória. Interessavam todos, mesmos os reboleiros que, para lá da sua excelente madeira, podiam sempre transformar-se em mais uma árvore de bom fruto. Por vezes deixavam-se mesmo anotadas algumas características mais ou menos singulares: aqui, era um “castanheiro gordo”⁷¹, ou outro de “hũu pee muy grosso”⁷²; ali, eram “dous grandes castanheiros”⁷³; acolá, um singular espécime “que tem oito braços em hũu pee”⁷⁴.

Além dos reboleiros, que os textos muito claramente distinguem da árvore mansa, fala-se em castanheiros rebordões e longais⁷⁵ que, de acordo com a terminologia ainda usada na região, se apresentam ambos como frutíferos, distinguindo-se apenas pela aparência – e qualidade – da respectiva castanha⁷⁶. Uns e outros, no entanto, eram bem estimados em todo o lado onde podiam vingar e se o camponês os desejava ao pé da porta ou nas suas imediações⁷⁷, levava-os também junto à ermida da sua devoção, à volta da qual os plantava, a sombrear o recinto⁷⁸.

3. Os carvalhos e o montado

Na superfície de Castelo Branco, de uma maneira especial entre o Ponsul e o Erges, a árvore apenas salpicava os campos, isolada as mais das vezes e só esporadicamente se adensava em pequenas matas. Eram sobreiros e azinheiras, as árvores típicas do montado alentejano, que aqui se anunciava. Um pouco ao acaso,

⁶⁹ Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, “Memória acerca da cultura, e utilidade dos castanheiros”, cit., p. 218.

⁷⁰ Roger Grand e Raymond Delatouche falam também na sementeira de castanheiros, em viveiros, para futuro transplante (*L'agriculture au Moyen Âge*, p. 311).

⁷¹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 35.

⁷² *Ib.*, fl. 18 v.º.

⁷³ *Ib.*, fl. 3 v.º.

⁷⁴ *Ib.*, liv. 309, fl. 94.

⁷⁵ Rebordões: *ib.*, liv. 309, fl. 96, 103 v.º, 105, 105 v.º, longais, *ib.*, fl. 105 v.º. Todas estas informações respeitam aos bens que a Ordem tinha em Aldeia de Joanes (Fundão) e pertencentes à comenda de Marmeleiro da Beira.

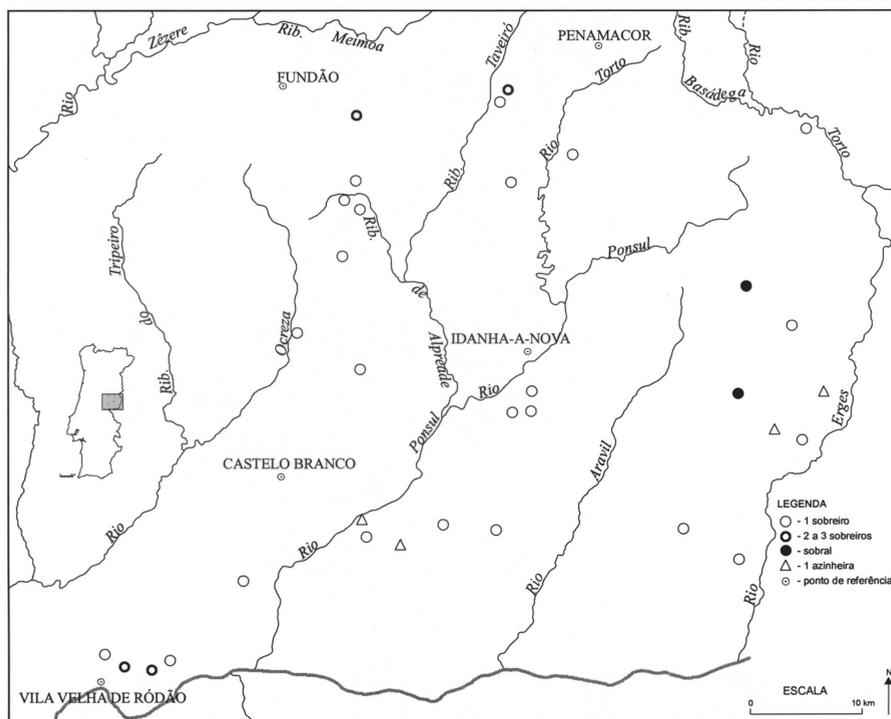
⁷⁶ Tanto quanto sei, as castanhas longais – as melhores – distinguem-se por uma textura mais suave e por uma forma mais alongada.

⁷⁷ Veja-se, a título de exemplo: A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 42 v.º; liv. 309, fl. 105. Mas podia aproximar-se também do seu moinho (*ib.*, liv. 304, fl. 3 v.º, 47 v.º) e até do curral do seu gado (*ib.*, fl. 54 v.º).

Aliás, a preocupação das populações em rodear-se de castanheiros, como prevenção contra as fomes, chegou, no Norte, até quase aos nossos dias, mesmo após a moléstia da tinta ter dizimado os soutos, já em finais do século XIX (Orlando Ribeiro, “Relance da evolução da agricultura”, cit., p. 60).

⁷⁸ Nas imediações de Castelo Novo havia uma ermida de invocação de Nossa Senhora, tendo à volta um pequeno circuito cerrado onde vegetavam diversos castanheiros (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 4).

alguns carvalhos⁷⁹. É quanto a documentação nos mostra do que foi a cobertura arbórea destas terras, cobertura mediterrânica já desgastada por longo tempo de arroteias esparsas, logo abandonadas pela pobreza da terra, mas que entretanto dizimaram algumas árvores e atacaram o sub-bosque⁸⁰. E se este logo refloriu e medrou, porque os longos tempos de pousio lhe foram suficientes, não assim a árvore, muito lenta no seu crescimento.



Mapa 3 – As árvores do montado

Nesta associação o sobreiro mostrou-se como a planta mais em evidência. Isolado na maior parte dos casos, como os textos em análise fizeram questão de no-lo deixar dito – “hũu souereiro que hi estar soo”⁸¹, “hũa grande souereira soo”⁸² – podia, no entanto, formar alguns sobrais, sem dúvida bastante mais

⁷⁹ Cf. mapa 3.

⁸⁰ Veja-se, sobretudo: Orlando Ribeiro, “O campo e a árvore em Portugal”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 74-79. Pode ver-se também Ana Fonseca, *O montado alentejano (séculos XV a XVIII)*, Lisboa, 2004, pp. 27-28.

⁸¹ Na Campanha de Idanha (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 35).

⁸² Na Lardosa (Castelo Branco), *ib.*, liv. 306, fl. 14.

numerosos do que a documentação deixa adivinhar. Uma toponímia rica, com o acento colocado sobre a mata⁸³, denuncia, precisamente, isso.

Para Ocidente alguns carvalhos, por certo o carvalho negral na aproximação da Gardunha, talvez, mais para Sul e Leste, o carvalho cerquinho, a marcar a transição entre as caducifólias das matas do Norte e as perenifólias mediterrâneas, com a sua folhagem marcescente, a cair pouco antes da rebentação. Também, sem dúvida, muito mais numerosos do que a documentação deixa perceber, considerando a insistência com que contribuíram para o enriquecimento da toponímia local⁸⁴.

A Leste, nas terras mais secas, junto a Castela, a azinheira, sempre isolada nas poucas vezes em que os textos no-la apresentaram⁸⁵, mas, por certo, em alguns pontos ela formaria pequenos grupos esparsos⁸⁶, ou entraria, como dominante, em formações mais vastas⁸⁷.

Cantonado o castanheiro na área que lhe é própria, eram estas as essências florestais que dividiam entre si quase toda a região em estudo. Essências ricas pelas suas madeiras⁸⁸, pelos seus frutos, com destaque para a bolota da azinheira, tão nutritiva para o gado e podendo, até, entrar na alimentação dos homens⁸⁹;

⁸³ Embora a toponímia da época em estudo se tivesse mostrado muito pobre (veja-se Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapa I), os nomes possíveis de conhecer actualmente mostraram-se numerosos, sob a forma Sobral (também Sobral do Campo, Sobral Fernando, Sobral de Casegas, Fonte Sobral, Vale de Sobral) e ainda Sobrainho, Sobreiral. Assim também Sobreira, Sobreiras, Sobreiro. Dezasseis topónimos que pude encontrar no espaço em estudo.

⁸⁴ A documentação conservou-nos alguns vestígios toponímicos do carvalho na região em estudo, com a excepção do Leste, entre o Ponsul e a fronteira (Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapa I). Mas é na onomástica actualmente em uso que, seguindo embora o mesmo critério geográfico, ela mostra toda a sua exuberância. Sob a forma Carvalhal, a mais comum, mas também Carvalhais, Carvalheira, Carvalheiras, Carvalho e Carvalhas, contei dezasseis nominativos, a indiciar um importante manto vegetal, onde o carvalho estaria suficientemente destacado para motivar a sua escolha como designativo.

⁸⁵ Cf. mapa 3.

⁸⁶ Orlando Ribeiro, um geógrafo que tão bem conheceu as realidades campesinas desta região, falamos, em vários dos seus trabalhos, da cobertura vegetal da Beira Baixa, onde a árvore se insere a formar o montado, uma mata rala e irregular sobre os campos, cultivados ou não. A irregularidade provém-lhe do crescimento espontâneo das árvores, que o agricultor conserva no seu lugar de nascimento, preferindo entortar os regos do arado a arrancá-la, dado o acréscimo de rendimento que ela traz às suas terras pobres (veja-se, entre outros trabalhos deste autor: “O campo e a árvore em Portugal”, cit., pp. 74-79; “O manto vegetal”, cit., pp. 583-584; *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 59).

⁸⁷ Assim no-lo dizem vários nomes de lugar sob a forma Azinhal ou Azinhalzinho (cinco), embora a árvore isolada, a proporcionar Azinha, Azinheira, Azinheiro, se lhe possa comparar em número de ocorrências.

⁸⁸ Que Nicole Devy-Vareta classifica de nobres (“Do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento”, cit., pp. 8-9).

⁸⁹ Destas três essências, Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira considera o azinho, embora a mais vagarosa no crescimento, aquela que produz melhores madeiras (mais sólidas, diz) e que está menos sujeita a enfermidades. Quanto aos frutos, considera-os também como os melhores, não só porque podem servir de alimento humano, mas sobretudo para o gado, em especial para a engorda dos porcos. Hierarquizando em seguida os das outras árvores, coloca em segundo lugar os do sobreiro e por último os do carvalho.

pela sua rama⁹⁰, passível de tantas utilizações; pela riqueza ímpar que a casca do sobreiro representa.

Como paisagem típica que é do Mediterrâneo, esta mata rala teria um sub-bosque muito rico, de que, se o arbustivo ainda nos é conhecido por intermédio de algumas das suas espécies de maior porte - carrasco⁹¹, medronheiro⁹², até a figueira baforeira⁹³, para não falar no zambujeiro, já atrás referido – as espécies de menor porte – tantas das plantas aromáticas que a charneca deu à culinária, à farmacopeia, à perfumaria – ficaram de todo arredadas dos textos em análise. Mas elas estavam presentes, a fornecer o pasto necessário às abelhas⁹⁴, a prover de mato o agricultor, a suscitar, pela exuberância das suas formações, pela intensidade do seu aroma, ou – quem sabe – por um olhar mais atento que nelas se demorou, a fixação de um topónimo. Por intermédio da murta, do rosmaninho, da urze⁹⁵. A representar todas elas.

Tem como bitola, no estabelecimento desta hierarquia, a eficácia de cada um destes frutos na engorda do gado porcino (“Memórias sobre as azinheiras, soveiros, e carvalhos da província do Alentejo, onde se trata a sua cultura, e usos, e dos melhoramentos, que no estado actual podem ter”, *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal e suas conquistas (1789-1815)*, t. II, dirig. por José Luís Cardoso, Lisboa, 1991, pp. 257-264). Sobre este pormenor veja-se também: Iria Gonçalves, “A árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho”, cit., p. 10.

⁹⁰ Embora para uma outra região, mas este mesmo período cronológico, pude, recentemente, através de várias contagens de sobreiros e carvalhos, em que foi possível distinguir as árvores landeiras das de rama, encontrar uma mata de frutos ocupando a percentagem de 23,9 %, mas onde, entre os carvalhos, dominavam os de fruto, estes, por sua vez, residuais entre os sobreiros (“Uma aldeia de finais da Idade Média, nas suas explorações agrícolas (Puços – comenda da Ordem de Cristo)”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, *Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira*, vol. 1, 2002-2003, pp. 217-218). Aparentemente, o carvalho seria cultivado em função da madeira e das necessidades do gado – cama e alimento – e o sobreiro, sobretudo pela sua cortiça.

⁹¹ Em Medelim (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 87) e Rosmaninhal (*ib.*, fl. 120 v.º), ambas as aldeias integrantes do concelho de Idanha-a-Velha. Presente na toponímia sob as formas Carrasco, Carrascal, Carrasqueira.

⁹² Em Alcains (Castelo Branco, *ib.*, liv. 305, fl. 4 v.º), usado na toponímia nas formas Medronhal, Medronheira, Ervedal e Ervedeira. Para o medronho, como para o carrasco, veja-se também Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapas I e IV, respectivamente.

⁹³ Em Cafede (Castelo Branco, A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 305, fl. 48) e na Idanha (*ib.*, liv. 304, fl. 131 v.º).

⁹⁴ Do que a documentação em análise deixou alguns traços. Veja-se, por exemplo, em Penamacor (*ib.*, liv. 304, fl. 25v.º). Veja-se também, para esta mesma região, Luís Filipe Oliveira, “O livro dos bens de Luís Mendes de Refóios em Sarzedas e Sobreira Formosa”, *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, Actas das primeiras jornadas, coord. por Iria Gonçalves, Lisboa, 2005, pp. 175-177 e, mais largamente, para o Alentejo, Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja*, dissert. polic., Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1991, pp. 65-66.

⁹⁵ Gilberto Coralejo Moiteiro, “Paisagens históricas”, cit., mapa IV.

II. A variedade das fruteiras

1. As frutas predominantes: figos e cerejas

A fruteira era e é, por assim dizer, omnipresente em todo o País. Representada já, na Idade Média, por uma grande variedade de espécies que vicejavam de Norte a Sul, uma delas pelo menos – a figueira, tão bem adaptada ao nosso clima que aqui se tornou espontânea, por intermédio da sua espécie silvestre – era quase sempre a dominante. A acompanhá-la nessa dominância têm sido encontradas diversas outras fruteiras.

Neste recanto da Beira Interior era também a figueira que mais interessava ao agricultor⁹⁶. Os seus frutos eram uma benção. Muito nutritivos, oferecendo-se, em verde, durante uma época que as castas já conhecidas prolongavam, era sobretudo pela facilidade com que se secava sob o sol escaldante da Beira, que eles eram apreciados. Em anos de fome de pão, onde as castanhas tinham dificuldade em chegar, eram as passas de figo que muitas vezes matavam a fome do camponês. Sabemos como em outras regiões do País, que não nesta, eles eram, inclusive, importante fonte de riqueza, representada por uma não despreciada exportação para o exterior⁹⁷. Por tudo isto as figueiras se plantavam por qualquer lado, se

⁹⁶ São já muitos os estudos que entre nós se têm realizado sobre estas matérias e a figueira tem surgido quase sempre como a fruteira mais destacada. Podem ver-se, entre outros: Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 93-94; id., “Uma paisagem medieval modelada pela Ordem de Cristo”, cit., p. 549; id., “Proença-a-Velha, inícios do século XVI: os bens e os direitos de uma comenda da Ordem de Cristo na Beira Interior”, *Ordens Militares. Guerra, religião, poder e cultura*, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, vol. 2, Lisboa, 1999, p. 34; Maria de Fátima Botão, *Silves, a capital de um reino medievo*, Silves, 1992, pp. 68-69; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira. A vida de uma aldeia do século XV*, Redondo, 1994, p. 114; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1995, p. 264, id., “A produção agro-pecuária”, cit., p. 176; Maria do Rosário da Costa Bastos, *Santa Maria da Oliveira. Um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*, Vila Nova de Famalicão, 1996, p. 115; Mário Viana, *Os vinhedos medievais de Santarém*, Cascais, 1998, pp. 42-43; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, 2000, pp. 143-144; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 227-233; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV e XV)*, Cascais, 2000, pp. 68, 97-98; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, p. 105.

Também alguns medievalistas espanhóis têm encontrado a figueira entre as árvores de fruto mais cultivadas: Antonio González Gómez, *Moguer en la Baja Edad Media (1248-1538)*, Huelva, 1977, p. 114; Antonio Malpica Cuello, *El concejo de Loja (1486-1508)*, Granada, 1981, p. 247; Manuel Barrios Aguilera, *Alfácar morisco (Un lugar en la Vega de Granada en el siglo XVI)*, Granada, 1984, p. 62; Ángel Conte, *La encomienda del Temple de Huesca*, Huesca, 1986, p. 216; Manuel García Fernández, *El reino de Sevilla en tiempos de Alfonso XI (1312-1350)*, Sevilla, 1989, p. 218.

⁹⁷ Podem ver-se, sobre este assunto: Maria Antonieta Soares de Azevedo, “Fruta”, *Dicionário de História de Portugal*, diríg. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, pp. 305-307; Joaquim Antero Romero de Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, 1970, pp. 125-128; Manuela Santos Silva, “Para o estudo da produção frutícola do concelho de Loulé (Os “Livros de Repartição da Fruta” do século XV)”, *Actas das III Jornadas de história medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, 1989, pp. 255-264; Sebastiana Alves Pereira L. Lopes, “Os bens de Frei João Fernandes de Oliveira

Na área em estudo ela espalhava-se com alguma profusão¹⁰⁴, como exemplar único em vários casos, junto com outras, mas, sobretudo, acompanhando diferentes árvores, a diversificar as espécies, como era de hábito um pouco por toda a parte. Apenas pontualmente podia formar grandes grupos que o redactor dos textos em análise, na sequência do trabalho realizado em campo, deixou apenas dito que elas eram “muitas”¹⁰⁵.

*
* *

A cerejeira, árvore temporã e a primeira a amadurecer os seus frutos, é sempre bem vinda, a anunciar a boa estação. Aqui, no Sul da Beira, ela ocupava, nos finais da Idade Média, o espaço onde o castanheiro exercia dominância, numa associação benfazeja, a matar a fome aos pobres desde que as primeiras cerejas se tingiam de vermelho até que as últimas castanhas, piladas no caniço, desapareciam engolidas no último caldudo¹⁰⁶. “Do cerejo ao castanho, bem no avenho”, repetiu o camponês beirão, vezes sem conta, ao longo das gerações e dos séculos. Como também a sua contrária: “do castanho ao cerejo, mal me vejo”. Uma alternância entre penúria e remedeio, determinada por duas espécies de frutos.

Cultivada entre nós com sucesso, nas regiões onde a temperatura baixa e a humidade do ar não é excessiva¹⁰⁷, aqui, na encosta da Gardunha, a cerejeira revelou-se muito frequente, bem adaptada que está aos terrenos e ao clima, “habitat”, no nosso País, da cerejeira brava¹⁰⁸. Compôs aí formações de alguma dimensão – tantas que resultaram incontáveis, informa-nos Frei Francisco, o escriba da Ordem nesta conjuntura¹⁰⁹ – embora de parceria com outras árvores de fruto.

¹⁰⁴ A mancha de expansão da figueira, como de todas as outras árvores, fica muito aquém do conhecimento possível. Expressões como “árvores de fruto”, para indicar um grupo, “árvores de fruto de muitas promagens” ou “de desvaíradas promagens”, “muitas árvores de fruto e sem fruto”, são comuns (Vejam-se A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 35v.º, 53; liv. 305, fl. 13, 14 v.º, 17; liv. 309, fl. 94 v.º, entre outros). Estas expressões ocorrem sobretudo nas proximidades de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão.

¹⁰⁵ Assim, foi-nos dito que junto à ermida de Santa Maria do Mosteiro, em Proença-a-Velha, havia muitas figueiras, marmeleiros, macieiras, freixieiros e outras árvores (*ib.*, liv. 304, fl. 68 v.º). Um número considerável, sem dúvida, mas um texto que deixa muito por esclarecer.

¹⁰⁶ Assim se chama, no Vale do Zêzere, o caldo preparado com as castanhas piladas, cozidas estremes ou enriquecidas com outros ingredientes.

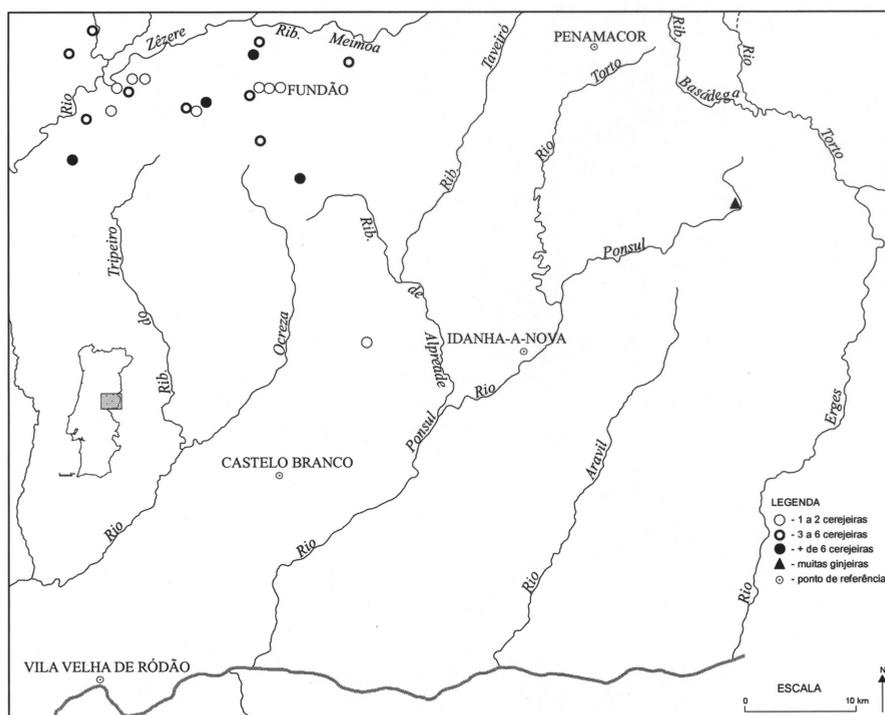
¹⁰⁷ Já em outras ocasiões se tem encontrado a cerejeira a ocupar um lugar de destaque entre as demais árvores de fruto. Por exemplo: Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 227-229; Iria Gonçalves, “Uma paisagem medieval modelada pela Ordem de Cristo”, cit., p. 549; id., “Uma aldeia de finais da Idade Média”, cit., pp. 214-215; Luís Filipe Oliveira, “O Livro dos bens de Luís Mendes de Refóios”, cit., p. 179.

¹⁰⁸ Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles, *A árvore em Portugal*, p. 64.

¹⁰⁹ Em Castelo Novo, numa terra onde ainda se registavam 56 oliveiras, os castanheiros, as

Foi, no entanto, o pequeno número de pés, espalhados pelas terras de lavoura e vinhas ou rodeando a habitação – como, de resto, era habitual em todo o lado – que maior número de vezes a documentação nos apresentou¹¹⁰.

Curiosamente, a gingeira, que talvez fosse lícito esperar vingasse em terras próximas, está ausente dos textos que a elas se dedicam. Encontra-mo-la, sim, e em número avultado, no sopé da rocha que sustenta o castelo de Penha Garcia, aninhada numa curva do alto Ponsul¹¹¹. No mesmo local onde, desgarrados dos demais, tinham também sido enraizados alguns castanheiros¹¹². Penso que em significativa associação.



Mapa 5 – A cerejeira

ameixeiras e as cerejeiras, eram incontáveis (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 4). Também junto à igreja do Castelejo (Fundão) havia “muitas” cerejeiras (*ib.*, fl. 35 v.º).

¹¹⁰ Veja-se o mapa 5.

¹¹¹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 93.

¹¹² Vejam-se os mapas 2 e 5.

2. Diversos outros frutos

Muitas outras espécies frutíferas vicejaram, também, na região em estudo.

De entre todas aquelas que a documentação nos permitiu conhecer, talvez mereça mais algum destaque um grupo de três espécies afins: peras, peros e maçãs. Bem espalhadas pela região, quase sempre representadas por um pequeno número de pés, elas diversificavam sabores e texturas um pouco por todo o lado¹¹³. A durabilidade de algumas castas de maçãs e peras que, infelizmente, aqui não conhecemos¹¹⁴, a relativamente longa época de frutificação, devem ter conferido ao grupo um agrado certo entre as populações campesinas.

Mas muitas outras espécies eram também cultivadas, embora, aparentemente¹¹⁵, fossem mal conhecidas ou não tivessem logrado atrair a atenção – e o interesse – destes beirões. Algumas, como a ameixoeira, que em outras regiões tiveram grande adesão das populações¹¹⁶, aqui, só de maneira esporádica nos foi indicada a sua presença, embora, pontualmente, essa presença pudesse ser numerosa¹¹⁷; outras, como romeiras, abrunheiros, pessegueiros, nogueiras, amoreiras, faziam, aqui e ali, algumas aparições, como, de resto, era habitual acontecer; outras ainda, conhecidas de há pouco, faziam, talvez, as suas primeiras entradas nos pomares e hortas beirões. Assim os albricoqueiros, de que a documentação nos preservou apenas um pé, em conjunto com outras fruteiras, em Alpedrinha¹¹⁸, ou as laranjeiras – se é que se tratava da variedade doce – a compor uma propriedade de prestígio em Aldeia de Joanes: a quintã da Ordem, cujos edifícios conheciam algum aparato – uma casa-torre, chaminé, janela de assentos e, sobretudo, uma capela¹¹⁹. Neste assentamento, a laranjeira introduzia uns laivos de exotismo.

¹¹³ Veja-se o mapa 6.

¹¹⁴ Em outras regiões do País foram encontradas notícias de diversas castas, algumas das quais seriam, sem dúvida, cultivadas na Beira Interior. No estado actual da nossa investigação, são conhecidas as seguintes castas: peros – brancos, ceifinhos, codorneiros, marmelares, pigarços, pepins; peras – de angoxa, codorneiras, pão, doçar, vermelhas; maçãs – de anáfega, baionesas, cabaçais, martainhas, sodiaças. Um leque relativamente importante, a atestar a relevância deste grupo de fruteiras (veja-se a bibliografia citada na nota 96).

¹¹⁵ Veja-se o que ficou dito na nota 104.

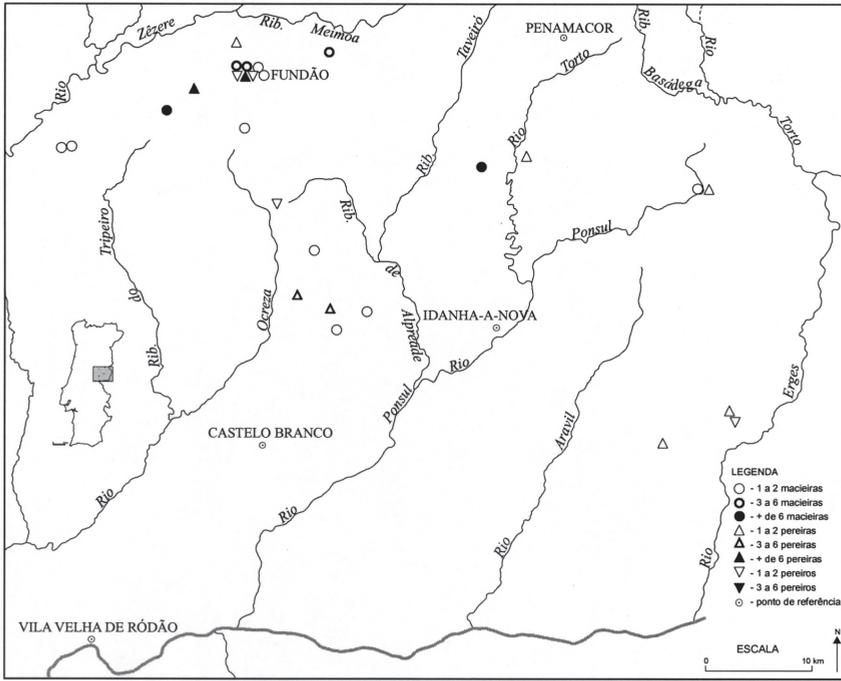
¹¹⁶ Vejam-se, por exemplo: Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, 1996, p. 139; Iria Gonçalves, “Uma aldeia de finais da Idade Média”, cit., p. 214, onde as ameixoeiras se revelaram como as árvores frutíferas mais numerosas. Mas podem ver-se ainda: Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 94; Maria Manuela Catarino, *Na margem direita do Baixo Tejo*, p. 68; Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 227-230.

A capacidade da sua fruta para a secagem e, desta forma, para uma grande durabilidade, tornou-a mais apreciada.

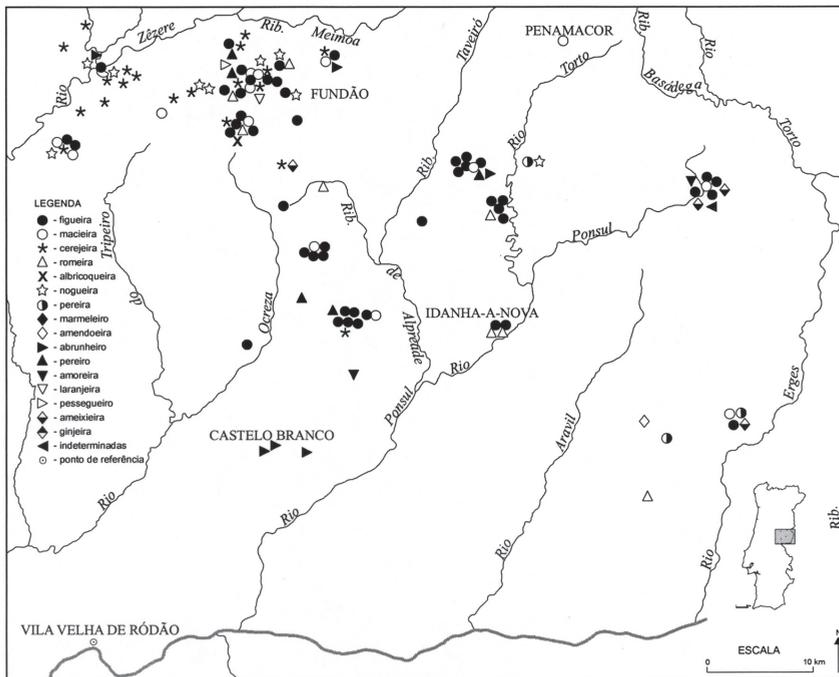
¹¹⁷ Em Castelo Novo. A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 4. Em Salvaterra do Extremo (Idanha-a-Nova). *Ib.*, fl. 103.

¹¹⁸ *Ib.*, fl. 15 v.º.

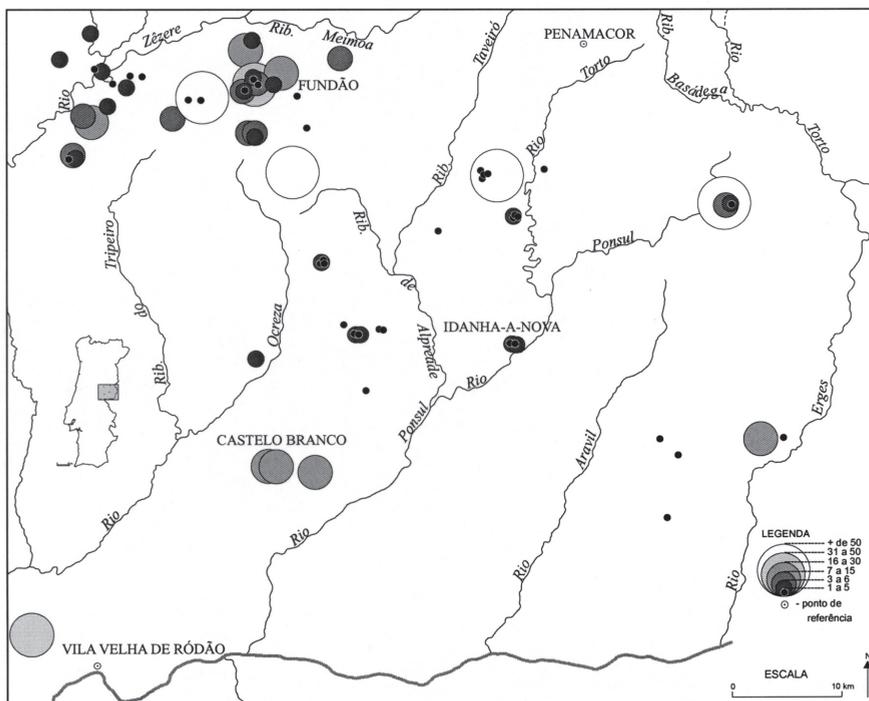
¹¹⁹ *Ib.*, liv. 309, fl. 93-94.



Mapa 6 – A macieira e a pereira



Mapa 7 – A variedade das espécies



Mapa 8 – A presença da fruteira (indivíduos)

3. A importância das espécies

Muito ou pouco representadas, foram dezasseis as espécies que a documentação nos proporcionou, algumas das quais, como já ficou dito, presentes apenas por intermédio de um exemplar, outras por um número inquantificado de pés. Se nos fixarmos tão somente naquelas árvores cujo número e espécie nos foram indicados – num total de trezentos e doze indivíduos e catorze espécies¹²⁰ – poderemos, talvez, conhecer melhor a sua importância relativa.

Se atentarmos nas percentagens correspondentes a cada uma das espécies mais em evidência, então torna-se muito claro o interesse que despertavam, ficando bem em destaque o relevo adquirido pelas duas fruteiras maioritárias que, só elas, arrecadavam mais de metade do valor de todo o universo em análise. Mas fica mais clara, sobretudo, a importância da cerejeira, cantonada num espaço restrito

¹²⁰ Para além destas foram ainda contadas mais 137 fruteiras de que não conhecemos a espécie. Noutros casos, pelo contrário, foi identificada a espécie, mas não o número de indivíduos. Situações que já atrás ficaram lembradas.

da região em estudo, onde enraizou 21,5% de todas as fruteiras que nos foram individualmente apresentadas.

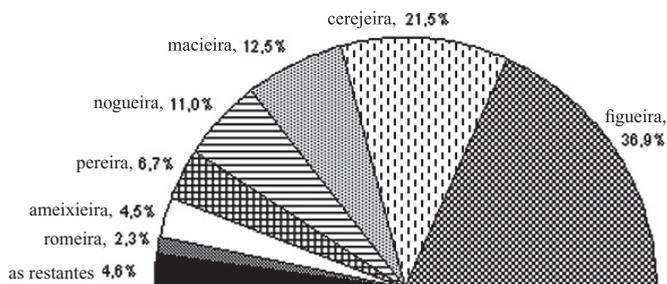


Gráfico 1 - Hierarquia das fruteiras segundo o número de indivíduos

Macieiras e noqueiras – aquelas, de frutos resistentes e carnudos, podendo manter-se sãs durante bastante tempo; estas, cujas nozes secas, tão nutritivas que eram recomendadas aos monges, durante a Quaresma, para lhes ajudar a suportar os longos jejuns e tão fáceis de conservar em boas condições durante todo o ano¹²¹ – ainda conheceram uma cultura relativamente significativa. Todas as outras, de menos em menos, foram perdendo importância¹²². Amendoeiras, marmeleiros, laranjeiras, damasqueiros, pessegueiros, gingeiras, citadas uma única vez, embora, eventualmente, formando conjuntos numerosos¹²³, não atraíram a atenção dos beirões. Ou a benevolência das suas terras.

Sob este aspecto cabe lugar a alguma estranheza pela fraca representatividade de peras e peros¹²⁴, num solo onde as variedades silvestres germinam espontaneamente¹²⁵ e, por isso, adequado à sua cultura. Uma estranheza tanto mais de salientar quanto, em terras próximas, estes frutos foram assiduamente cultivados, por intermédio de variadas castas, a atestar o interesse que lhes era

¹²¹ No Portugal central, mas sem a intervenção do espaço aqui em estudo, encontrou Robert Durand, embora para uma época anterior à que agora abordo, a predominância da noqueira entre as demais árvores de fruto (*Les campagnes portugaises Entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, 1982, pp. 184-421).

¹²² Veja-se também o gráfico 1 que acompanha este trabalho.

¹²³ Em Penha Garcia, na base de onde se ergue o castelo, sobre o Ponsul, havia muitos abrunheiros e gingeiras (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 93), ou na granja de Santa Maria do Mosteiro, em Proença-a-Velha, “muitos” marmeleiros e outras árvores, frutíferas ou não (*ib.*, fl. 68 v.º).

¹²⁴ Cf. mapas 6 e 7.

¹²⁵ Os próprios textos que estão a ser analisados nos trazem provas da existência, naquele espaço, das referidas variedades: um pereiro bravo em plena charneca de Salvaterra (A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 105 v.º), ou um grande cermenheiro junto aos aposentos do comendador da Lousa (Castelo Branco), embora num terreno alheio à Ordem (*ib.*, liv. 306, fl. 11v.º).

dedicado¹²⁶. A sua visibilidade provém apenas do conjunto, com a dominância da maçã, a que atrás me referi.

III. A árvore na organização do espaço rural

1. Na composição do terrado agrícola

Como é sabido e como eu própria já atrás deixei lembrado, a agricultura mediterrânea caracterizou-se, desde sempre, por uma forte promiscuidade de cultivos, característica que se acentuou significativamente desde os últimos séculos da Idade Média, tanto em Portugal¹²⁷ como um pouco por toda a Europa do Sul¹²⁸. Tornou-se esta uma tão forte marca, que se conservou até aos nossos dias¹²⁹.

¹²⁶ Manuel Sílvio Alves Conde, *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 229-233.

¹²⁷ São já muitos os trabalhos que entre nós, durante as últimas décadas, têm abordado este assunto. Podem ver-se: Robert Durand, “La vigne et le vin dans le bassin du Mondego au Moyen Âge (XII^e-XIII^e siècles)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, 1972, p. 31; Gérard Pradalié, “Occupation du sol et cultures autour de Coimbre”, cit., p. 84; Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média”, *1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV*, Jornadas de história medieval, 20 a 22 de Junho de 1985, Lisboa, 1985, p. 79; Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo medieval (séculos XII a XV)”, *Economia e sociologia*, n.ºs. 45/46, 1988, p. 34, id., *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1990, p. 77; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, p. 174; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 216; id., “Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, p. 230; id., “Traços da paisagem rural nas terras de Alcobaça”, cit., pp. 381-384; Saul António Gomes, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, p. 193; id., “Mundo rural e mundo urbano”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, 1996, p. 388; Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Esgueira*, p. 109; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, 1995, pp. 351-352; Maria Filomena Andrade, *O mosteiro de Chelas*, pp. 52-55; Maria de Fátima Botão, *Poder e influência de uma igreja medieval*, p. 46; Isabel Castro Pina, *A encosta ocidental da serra da Estrela*, pp. 42-43; Manuel Sílvio Alves Conde, “Sobre o património da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV”, *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*, Cascais, 1999, p. 190; id., “O espaço periurbano da vila portuguesa de Tomar”, *ib.*, pp. 138-139; id., *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 228-233; José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Organização do espaço e gestão de riquezas. Loures nos séculos XIV e XV*, pp. 40-41; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, p. 143; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*, Lisboa, 2001, p. 65; Joaquim Bastos Serra, *A colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa*, p. 105; Ana Maria S. A. Rodrigues, “Vinhedos torrienses nos finais da Idade Média”, *O vinho, a história e a cultura popular*, Actas do Congresso, Instituto Superior de Agronomia, 24 a 25 de Junho de 1994, Lisboa, 2001, p. 173. Para as ilhas levaram os portugueses a mesma forma cultural: João Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, vol. I, s. l., 1989, pp. 295-297.

¹²⁸ São incontáveis os títulos que poderiam ser aduzidos a comprovar aquela afirmação. Como exemplos, poderei indicar: Louis Stoff, *Arles à la fin du Moyen Âge*, vol. I, p. 377; Manuel García Fernández, *El reino de Sevilla*, pp. 216-218; Hilario Casado Alonso, *Señores, mercaderes y campesinos*, p. 140; Martine Maguin, *La vigne et le vin en Lorraine. L'exemple de la Lorraine Médiante à la fin du Moyen Âge*, Nancy, 1982, pp. 34-35; Massimo Montanari, “Agricoltura e attività silvo-pastorali nell’

Naturalmente que se praticou a monocultura, nomeadamente dos cereais, sobretudo nas terras profundas, cujo rendimento compensava o arranque das árvores espontâneas que aqui e ali se iam enraizando e crescendo. Mas a maior parte das terras do Mediterrâneo, com um clima adverso ao seu cultivo, não compensava o esforço do agricultor. A árvore, nascida ao acaso da semente que logrou germinar, ou plantada pelo camponês para com ela arredondar os seus magros proventos, mostrou-se sempre necessária¹³⁰. Certamente as vinhas, que essas, sim, amadurecem bem ao sol ardente do Mediterrâneo, podiam estender-se, por vezes largamente, numa monocultura feita à custa de muitas pequenas leiras. Mas ainda aqui a sombra da árvore alongava-se, com frequência, sobre as cepas, a protegê-las dos excessivos calores, mas também a lucrar com o amanho da terra comum, indispensável às vides. E a aumentar a produção das terras.

Com excepção de alguns soutos e olivais, aparentemente estremes¹³¹, aqui, nesta parte meridional da Beira, a árvore consociava-se sempre com outros cultivos, ou misturava entre si as suas espécies, a diversificar utilizações ou apenas sabores.

Sendo as terras de sementeira sempre muito mais extensas que todas as demais entregues ao cultivo, eram elas, obviamente, as que maior número de consociações sustentavam. Por vezes era apenas uma fruteira que aí fora plantada e vingara, outras era um zambujeiro que nela nascera e, enxertado, crescera oliveira de bom azeite. Eram estas – olival ou árvore de fruto crescendo sobre a seara – as consociações mais frequentes. Mas na encosta da Gardunha, onde o castanheiro se implantara, também ele valorizava a terra de lavoura, quer nela vingasse o centeio, quer os restolhos e pousios se quedassem entregues ao pasto do gado. De resto,

Alto Medioevo. Un paesaggio adriatico”, *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*, Turim, 1984, p. 13; Monique Bourin-Derruau, *Villages médiévaux en Bas-Languedoc. Genèse d'une sociabilité. X^e-XIV^e siècles*. t. 2, *La démocratie au village. XIII^e-XIV^e siècles*, Paris, 1987, p. 243; Pedro Hernández Benito, *La Vega de Granada a fines de la Edad Media según las rentas de habices*, Granada, 1990, p. 72; Juan Torres Fontes, *Repartimiento y repoblación de Murcia en el siglo XIII*, 2^a ed., Murcia, 1990, p. 44; Giuliano Pinto, “Economia e società di un castello maremmano: Scarlino tra Quattro e Cinquecento”, *Toscana medievale. Paesaggio e realtà sociale*, Florença, 1993, p. 203; José María Sánchez Benito, *Las Tierras de Cuenca y Huete en el siglo XIV. Historia económica*, Murcia, 1994, p. 135; María Martínez Martínez, *La cultura del aceite en Murcia*, p. 22; Angela Lanconelli, *La terra buona. Produzione, tecniche e rapporti di lavoro nell'agro viterbese tra Due et Trecento*, Bolonha, 1994, pp. 92-101, 118-121.

¹²⁹ Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 21.

¹³⁰ Veja-se o que sobre este assunto diz Orlando Ribeiro, “O campo e a árvore em Portugal”, cit., pp. 71-79. É esta uma realidade que se prolonga por séculos.

¹³¹ Vários desses soutos e olivais só nos foram designados como tal, sem qualquer outra especificação. Por vezes a sua referência deve-se, tão somente, ao facto de servirem de lindes a outras propriedades que, essas, sim, mais interessava deixar caracterizadas.

todas as culturas arbóreas se podiam aí implantar, quer numa mistura de todas elas, quer reunindo-se em conjuntos menos heterogéneos. E todos possíveis.

Sobretudo a Leste, nas terras pobres de longos pousios, era a árvore que mais interessava, os sobreiros e as azinheiras que nelas se erguiam, num ponteadado ao acaso. Embora não possamos, com propriedade, falar aqui de complantação de culturas, o resultado era o mesmo: a árvore a valorizar a terra de lavoura.

A cultura da videira com a árvore era demasiado comum em terras mediterrâneas para estar ausente do espaço em análise¹³². Também aqui essa consociação foi largamente usada, sobretudo com a fruteira, mas também com o olival, com o castanheiro, ou com todas as espécies em mistura.

É na horta que estamos habituados a encontrar a maior amálgama de cultivos. Naturalmente, a Beira não fugia a uma regra tão experimentada e sempre que a horta surgiu nos textos, apresentou-se com as características esperadas. Pena, no entanto, que se tivesse mostrado tão arredia¹³³.

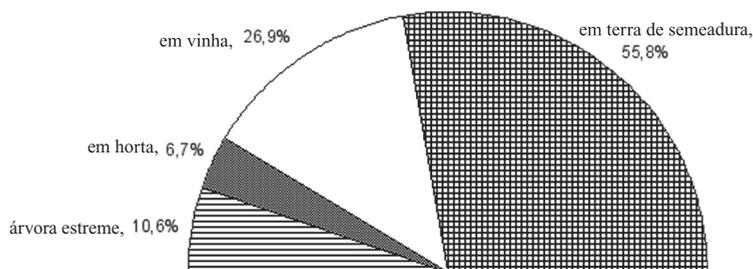


Gráfico 2 - Implantação da árvore

Por último, as próprias árvores se reuniam em grupos de duas espécies – fruteira/oliveira, fruteira/castanheiro – ou as três em conjunto¹³⁴, mas havia ainda lugar para outras árvores entre elas. Por vezes enraizadas, talvez, para enobrecimento dos espaços em que se inscreviam, como aqueles singulares álamos e ciprestes que se haviam plantado no Castelejo, junto à igreja e à casa do comendador de Cristo, ou na quintã de Aldeia de Joanes¹³⁵, com variedade de outras árvores, variedade que podia, até, incluir algumas videiras ferrais¹³⁶. Por outro lado, se um pinheiro

¹³² Cf. a bibliografia citada atrás, nas notas 127 e 128.

¹³³ Veja-se o gráfico 2.

¹³⁴ Com predominância do grupo oliveiras+fruteiras.

¹³⁵ Castelejo e Aldeia de Joanes são actualmente duas freguesias do concelho do Fundão.

¹³⁶ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 35 v.º e liv. 309, fl. 94 v.º, respectivamente.

nascia no meio de um olival, continuava a crescer entre as oliveiras¹³⁷, sem estorvo para nenhuma das partes. Para mais sendo, como com toda a probabilidade seria, ali, nas imediações de Castelo Branco, pinheiro manso¹³⁸, que à madeira e à lenha juntava os seus apetitosos frutos.

A variar ainda mais o terrado agrícola e a competir, de certo modo, com outras formas de compor cerrados e tapadas, aqui pouco frequentes porque dedicados apenas às culturas mimosas, alguns renques de árvores marcavam a testada das propriedades¹³⁹, acompanhavam cômoros¹⁴⁰, sombreavam a bermas da estrada¹⁴¹.

2. Nos incultos

Boa parte dos terrenos da área meridional da Beira Interior estava, neste dealbar do século XVI, entregue à vegetação espontânea. Mesmo que algumas dessas terras pudessem ser surribadas e semeadas uns anos pelos outros, as sementeiras seriam esparsas no espaço e no tempo e entre uma e outra seara – cinco, seis ou mais anos – havia tempo para o matagal crescer e tomar conta de tudo¹⁴². Povoamento aglomerado em algumas grandes aldeias que a Ordem de Cristo transformara em vilas concedendo-lhes foral e tornando-as, deste modo, aptas para o desempenho de algumas funções centrais¹⁴³, elas viviam isoladas, longe de qualquer outro povoado¹⁴⁴. Só à sua volta se construía um aro de culturas mais ou menos dilatado, de acordo com as necessidades da população e, talvez não menos, com a existência, ou não, nas proximidades, de uma ou outra terra melhor e da passagem de algum fio de água. Muitas das propriedades que aí se instalavam eram enormes granjas da Ordem, bem cultivadas em algumas das suas terras e

¹³⁷ *Ib.*, liv. 304, fl. 44.

¹³⁸ O pinheiro manso é árvore característica do Mediterrâneo, ao contrário do seu congénere bravo, proveniente de regiões mais frias e húmidas (veja-se, por todos, Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, pp. 53-55, 113-114).

¹³⁹ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 45.

¹⁴⁰ *Ib.*, fl. 39.

¹⁴¹ *Ib.*, liv. 305, fl. 23 v.º.

¹⁴² Veja-se Orlando Ribeiro, “Dois estudos de geografia agrícola da Beira Baixa”, *Opúsculos geográficos*, vol. IV, *O mundo rural*, Lisboa, 1991, pp. 220-221 e também, do mesmo, para o Alentejo, numa estrutura cultural muito próxima, “Aspectos da cultura do trigo no Alentejo”, *ib.*, pp. 207-213. Formas de cultura, estas, longas de séculos.

¹⁴³ Assim Rosmaninhal, Segura, Salvaterra, Penha Garcia, vilas fronteiriças, estrategicamente colocadas sobre cabeços, frente a Castela, com a sua importância fundada, precisamente, nessa sua condição de vigias da fronteira.

¹⁴⁴ Sobre as formas de povoamento na Beira, uma estrutura que é também secular, veja-se Orlando Ribeiro, “Dois estudos de geografia agrícola”, *cit.*, pp. 221-224.

ao longo dos rios a que elas se encostavam¹⁴⁵, mas dedicando ao monte, que ao senhor rendia quase sem custos, algum do seu espaço. Neste monte e para lá dele, os matos maninhos acoitavam lobos e javalis¹⁴⁶.

Por sobre os matos, as copas que se erguiam, frondosas, eram as de carvalhos e sobreiros para Ocidente, ainda de sobreiros e azinheiras para Leste. A documentação mostra-nos essas árvores, como já disse, muitas vezes isoladas, no descampado das terras ermas. Eram alvos bem destacados, visíveis ao longe e, por isso, adequados a servir de limite a propriedades onde a terra não era cultivada e as extremas não eram, por isso, confrontadas amiúde pelo camponês.

Muitas vezes bastava a existência da árvore para atestar a estrema, mas, em outros casos, o seu valor liminar era acrescido por alguma característica singular e notória – um castanheiro de pé mui grosso¹⁴⁷, um grande sobreiro¹⁴⁸, uma azinheira grossa e grande¹⁴⁹, dois grandes sobreiros¹⁵⁰ – ou pela junção de algo capaz de possuir ou adquirir esse mesmo valor liminar. Era o marco junto a uma carvalheira¹⁵¹, a uma carrasqueira¹⁵², metido no pé de uma sobreira¹⁵³; era a cruz simbólica, incisa num sobreiro¹⁵⁴ ou num carvalho¹⁵⁵. Isoladas quase sempre, estas árvores liminares.

*
* *

Após o que ficou dito podemos considerar que nos encontramos, nesta Beira Interior de inícios do século XVI, perante um coberto arbóreo muito variado e rico, contando entre as suas espécies com algumas das essências florestais mais caras às populações e com algumas das fruteiras que o Portugal da Idade Média mais cultivou e, portanto, maior interesse possuíram para as suas gentes. Árvores que supriam, às vezes de forma quase perfeita, a carência de outros alimentos. Foi

¹⁴⁵ Veja-se o trabalho de Gilberto Coralejo Moiteiro, “Idanha-a-Nova e Idanha-a-Velha: duas comendas da Ordem de Cristo nos inícios do século XVI”, *Media Aetas*, 2ª s., n.º 1, 2004/2005, pp. 98-101.

¹⁴⁶ Cenário que chegou quase até aos nossos dias.

¹⁴⁷ A.N.T.T., *O.C./C.T.*, liv. 304, fl. 18 v.º.

¹⁴⁸ *Ib.*, liv. 306, fl. 18.

¹⁴⁹ *Ib.*, liv. 304, fl. 106.

¹⁵⁰ *Ib.*, liv. 306, fl. 72 v.º.

¹⁵¹ *Ib.*, liv. 304, fl. 55-55 v.º.

¹⁵² *Ib.*, fl. 86 v.º-87.

¹⁵³ *Ib.*, fl. 134 v.º.

¹⁵⁴ *Ib.*, fl. 125; liv. 305, fl. 46.

¹⁵⁵ *Ib.*, liv. 305, fl. 46.

o caso do castanheiro, este, sem dúvida, a matar ao camponês as fomes que o pão minguado lhe trazia; mas foi também, de certo modo, a figueira, ao oferecer os seus frutos, doces e nutritivos, no decurso de um tempo que a secagem prolongava bem para lá do fim do Verão.

Vimos árvores que se espalhavam por todo o lado, que não se furtavam a crescer em qualquer terra, que não desdenhavam a vizinhança de qualquer outra planta, numa convivência proveitosa para todas. E enriquecedora para os pobres haveres do camponês, sempre tão parcos nestas terras magras onde o pão custava a medrar.

Uma benção de Deus, a árvore sobre a terra.